

Ações afirmativas e política de cotas: um olhar a partir dos mecanismos institucionais da Universidade Federal da Fronteira Sul

Affirmative actions and quota policy: a look from the institutional mechanisms of the Federal University of Fronteira Sul

Chanauana de Azevedo Canci¹

Jaqueline Moll²

Resumo

Este artigo é resultado de dissertação de mestrado em educação, que teve como objetivo conhecer os mecanismos institucionais de acompanhamento aos estudantes cotistas da Universidade Federal da Fronteira Sul. Por meio de um estudo qualitativo, embasado em revisão de literatura, análise documental e acompanhado de trabalho de campo, com a realização de entrevistas dialógicas, investigamos os mecanismos de suporte institucional desenvolvidos pela UFFS, pioneira na educação nacional, ao reservar 90% das vagas de ingresso para estudantes oriundos de escola pública. A pretensão do estudo não foi promover uma avaliação dos mecanismos institucionais, mas estabelecer um quadro a partir do qual se pode acompanhar e impulsionar o sistema de cotas para outras instituições. Com a Análise Textual Discursiva retratamos os mecanismos de acompanhamento institucional desenvolvidos pela Universidade e sua sensibilidade e compromisso firmados em relação à garantia de acesso, permanência e conclusão de curso por estudantes beneficiários pela política de cotas. Sendo um desafio a efetiva inclusão daqueles que sempre estiveram ausentes do ensino superior e, por conseguinte, de cursos de graduação, maior é o dever institucional de acompanhar e aperfeiçoar suas políticas.

Palavras-chave: Ensino superior. Política de cotas. Mecanismos institucionais.

¹ Advogada. Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (Bolsista CAPES/Brasil). E-mail: hana.canci@gmail.com.

² Professora Universitária. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: jaquelinemoll@gmail.com.

Abstract: This article is the result of a master's thesis in education, which aimed to understand the institutional mechanisms for monitoring quota students at the Federal University of Fronteira Sul. Through a qualitative study, based on literature review, document analysis and monitored Through field work, with the realization of dialogic interviews, we investigated the institutional support mechanisms developed by UFFS, a pioneer in national education, by reserving 90% of the admission places for students from public schools. The aim of the study was not to promote an assessment of institutional mechanisms, but to establish a framework from which the quota system for other institutions can be monitored and promoted. With Discursive Textual Analysis, we portray the institutional follow-up mechanisms developed by the University and its sensitivity and commitment signed in relation to guaranteeing access, permanence and course completion by students benefiting from the quota policy. Since the effective inclusion of those who have always been absent from higher education and, therefore, from undergraduate courses, is a challenge, the greater is the institutional duty to monitor and improve its policies.

Keywords: Higher education. Quota policy. Institutional mechanisms.

Considerações iniciais

A discussão sobre cotas e as implicações e efeitos que surgem a partir de sua designação legal provavelmente está distante de se tornar a solução para os problemas que colocam em confronto a sociedade e a universidade pública brasileira. Por meio deste artigo, que resultou de uma pesquisa realizada em sede de dissertação de mestrado em educação, acreditamos que fomentar esse debate reaviva as noções de justiça que disputam a hegemonia no cenário atual do país, em que é possível vislumbrar como as desigualdades sociais são percebidas, justificadas ou combatidas.

A escolha da Universidade Federal da Fronteira Sul como *locus* da pesquisa se deu em razão de seu histórico de formação e a constante busca pela democratização do ensino, representada pela posição pioneira que ocupa na educação superior brasileira, ao reservar em torno de 90% das vagas de ingresso para estudantes oriundos de escola pública. A partir deste cenário, constituiu-se o interesse em investigar como se dá a trajetória acadêmica dos cotistas a partir das ações de caráter institucional propostas

como meio de suporte e auxílio à permanência e conclusão de curso.

A pesquisa é qualitativa, partindo de uma perspectiva crítico-dialética, com revisão de literatura e análise documental para a construção do aporte teórico, que nesta proposta de artigo, entrelaça-se ao trabalho de campo realizado, com a realização de entrevistas dialógicas semiestruturadas (LÜDKE; ANDRÉ, 2013). Como ferramenta analítica utilizamos a Análise Textual Discursiva, por apresentar uma perspectiva interpretativa capaz de expressar novas compreensões ao longo da análise (MORAES; GALIAZZI, 2003, 2007).

Por meio do estudo dos mecanismos institucionais, verificamos o modo com o qual a Universidade vem trabalhando os princípios que norteiam a política de cotas, fornecendo amparo ao cotista para que possa permanecer no espaço universitário e concluir o curso superior. Para isso, trazemos as principais conclusões em relação às ações afirmativas institucionais promovidas, enaltecendo a análise realizada a partir de entrevistas com as Pró-Reitorias de Graduação e Assuntos Estudantil.

Importa dizer que a análise não tem a pretensão de avaliar resultados do processo de cotas — considerando o período recente em que passou a vigorar, carecendo de mais tempo de percurso para que se possam empreender amostras avaliativas — mas demonstrar os mecanismos de acompanhamento promovidos pela Universidade, com vistas a impulsionar o aprimoramento de atividades da própria UFFS e que pode servir como exemplo para outras instituições.

1 A Universidade Federal da Fronteira Sul: espaço da pesquisa

A Reitoria da UFFS está localizada no município de Chapecó/SC, possuindo campi nos três estados da região Sul, a saber, no estado do Paraná, nos municípios de Laranjeiras do Sul e Realeza; no estado de Santa Catarina, no município sede (Chapecó); e, no estado do Rio Grande do Sul, nos municípios de Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo.

O histórico de implantação e desenvolvimento do ensino superior na região da fronteira sul demonstra um sistema tardio e facultado a poucos. Por muitas décadas jovens e adultos permaneceram sem a oportunidade de acesso, especialmente por estarem geograficamente distantes de universidades públicas, além de serem residentes de pequenos municípios, com economia essencialmente agrícola.

Colocar em prática um projeto inovador que promove a integração de 90% de estudantes oriundos de escola pública, constitui-se como exemplo de democratização do acesso à Universidade e de participação social. É um compromisso histórico e social assumido pela Instituição de garantir a presença nos cursos de graduação de pessoas que não teriam a mesma oportunidade em outra situação de escolha, com outras políticas ou outras formas de ingresso, que não levassem em consideração os fatores externos à aplicação de uma prova objetiva.

Com a aprovação da Lei de Cotas e por meio da alta publicidade conferida à sua declaração de constitucionalidade, diversos setores sociais, movimentos estudantis e sociedade civil em geral viram suas lutas e bandeiras abarcadas pelas políticas públicas. A aprovação em Lei foi um importante passo na luta pela democratização da Universidade.

A Lei nº 12.711, sancionada em 29 de agosto de 2012, dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e em instituições de ensino técnico de nível médio. A legislação dispõe que as instituições federais de educação superior vinculadas ao MEC reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, no mínimo, 50% das vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escola pública. Desses 50%, a metade das vagas será reservada para estudantes oriundos de famílias com renda per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo.

Além da cota social, desdobra-se dessa metade, a reserva de vagas destinadas a autodeclarados pretos, pardos e indígenas, e para pessoas com deficiência, em proporção ao total de vagas, no mínimo igual a proporção

respectiva na população da unidade da Federação, de acordo com o último Censo do IBGE. No caso de não preenchimento de vagas, as remanescentes serão completadas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escola pública.

A UFFS é uma instituição que dialoga de forma direta e conta com a participação da sociedade civil e essa participação se estende aos estudantes e movimentos estudantis, ouvindo-os e dando-os voz e vez. É característica da Universidade o incentivo à discussão e implementação de políticas, manutenção e fiscalização de ações e programas, refletindo sobre o resultado esperado e sobre os meios mais eficazes para atingi-lo. Um dos maiores desafios da educação superior, além de ampliar o acesso, está na garantia de permanência e conclusão de curso. Neste sentido é que são implementadas as políticas de assistência estudantil.

2 Construindo categorias de análise: o que dizem os sujeitos da pesquisa

Os setores institucionais que trabalham diretamente com as ações afirmativas de ingresso e permanência são as Pró-Reitorias de Graduação e de Assuntos Estudantis, respectivamente. A Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) trabalha diretamente com o acesso dos estudantes à todas as modalidades de cotas disponíveis, enquanto que a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE) é responsável pelo acompanhamento dos estudantes, interagindo com eles e integrando-os por meio de suporte, bolsas e auxílios, que não se restringem apenas ao quesito financeiro.

Realizamos entrevistas dialógicas presenciais, com um roteiro semiestruturado a partir da proposição de dois eixos, totalizando 23 questões. O primeiro eixo, com 11 proposições, buscou estabelecer um diálogo voltado à exploração dos mecanismos institucionais, questionamentos sobre os programas e ações de iniciativa institucional para apoio aos cotistas; e no segundo eixo, com 12, sobre o controle dos

programas e projeções futuras, a busca por avaliações (mesmo que parciais), sobre o desempenho das ações institucionais e o acompanhamento do processo educacional dos estudantes.

As entrevistas foram realizadas na sede de cada Pró-Reitoria, no Município de Chapecó/SC, com duração de aproximadamente uma hora, contando com a colaboração de um servidor da PROGRAD e um da PROAE. Lembramos que a pesquisa de campo só foi realizada após autorização institucional da UFFS, aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE nº 08426919.0.0000.5352), e o consentimento livre e esclarecido dos entrevistados, que participaram voluntariamente do estudo. Em razão da garantia de sigilo em relação à identidade e cargos/funções que desempenhavam, foram identificados como entrevistados E1, servidor da PROGRAD, e E2, servidor da PROAE.

O roteiro de entrevista era bastante amplo, contendo questões que chamamos de “pano de fundo” para ingressar no tema propriamente das ações institucionais. Abordamos questões de ordem estrutural como o racismo, a desigualdade social e conseqüentemente educacional, as projeções de continuidade e aperfeiçoamento da política federal de cotas, entre outros.

Contudo, neste artigo destacamos o diálogo baseado nas experiências institucionais da UFFS, propriamente, abordando cinco categorias: a) a formatação do projeto da UFFS; b) as ações institucionais; c) os impasses e enfrentamentos; d) a manutenção de programas, recursos e financiamentos; e e) o desempenho dos programas e políticas institucionais.

As contribuições dos entrevistados foram muito significativas, proporcionando momentos oportunos para sanar dúvidas em relação à composição do quadro de ações afirmativas da Instituição, além de proporcionar um esclarecimento quanto aos processos e sistemas dos programas, contando com informações aquém daquelas disponíveis nos documentos trabalhados até então. Sendo assim, essencial a realização de entrevistas para a complementação da pesquisa teórica e documental.

Utilizamos o método de Análise Textual Discursiva (ATD), proposto por Moraes (2003) e Moraes e Galiazzi (2007) para o exame das entrevistas. Este método permite a emergência de novas compreensões, constituindo-se em um ciclo de análise de três elementos, a saber, unitarização, categorização e comunicação. A ATD trabalha como um processo auto-organizado de construção da compreensão a partir dos entendimentos que surgem por meio do ciclo de análises.

Iniciamos pela desmontagem do texto, com a desconstrução e unitarização, destacando os elementos constituintes. A partir da fragmentação do texto, surgiram as unidades de análise e o estabelecimento de relações a partir da categorização. A formação das categorias é estabelecida de acordo com as teorias que fundamentam a pesquisa, desafiando-nos a desenvolver mais do que a compreensão individual a cada categoria de análise, construindo argumentos centralizadores capazes de identificá-las e desencadear argumentos centrais para a análise do todo.

Para atingir essa profundidade interpretativa, que ultrapassa a descrição, passamos à formulação da ATD, identificando as unidades de análise a partir das entrevistas, alicerçadas na produção teórica acerca do tema. Com isso, foi possível inferir os meios de interpretação e novas compreensões em teses parciais e geral.

2.1 Unitarização: a desmontagem dos textos

Identificamos as unidades de análise partindo da fragmentação das entrevistas, que significa gerar novas compreensões daquela parte, sem esquecer que é parte do todo, sem perder de vista que faz parte de algo maior, e que os textos, trechos ou parágrafos são integrantes dos discursos a que pertencem (MORAES; GALIAZZI, 2007).

Quadro 1 – Unitarização a partir da desmontagem das entrevistas

1	Universidade voltada ao egresso de escola pública
2	Modalidades de acesso e permanência pensadas para o público alvo
3	Bonificação fator escola pública
4	Programas, recursos, auxílios, monitorias, núcleos, ações voltadas à modalidade de cotas
5	De onde surgem as demandas
6	Garantia de acesso e permanência como objetivo principal das ações
7	Insuficiência de programas e ações
8	Precariedade de recursos financeiros
9	Dificuldades em que esbarra a universidade
10	O que busca melhorar
11	Manutenção dos programas e ações
12	Recursos, financiamentos e custeio
13	Comissões de fiscalização interna e externa
14	Meios de acompanhamento e avaliação
15	Funcionalidade da universidade e dos campi
16	Existência de dados ou relatórios sobre o desempenho dos alunos
17	Outras pesquisas, teses ou dissertações, que abordem a UFFS
18	Como se dá o acompanhamento da trajetória dos cotistas

Nota: Quadro elaborado a partir da unitarização proposta por Moraes e Galiazzi (2007)

2.2 Categorização: o estabelecimento de relações

Classificamos as unidades de análise em categorias que fossem capazes de destacar aspectos específicos do fenômeno investigado. Um conjunto de unidades resulta em uma categoria e é gerado a partir de semelhanças que as aproximam (MORAES; GALIAZZI, 2007). Para o agrupamento de unidades em categorias, buscamos a semelhança não apenas de termos e expressões, mas de significações a partir da narrativa de experiências experimentadas pelos entrevistados.

Quadro 2 – Categorização a partir do estabelecimento de relações

1	- Universidade voltada ao egresso de escola pública - Modalidades de acesso e permanência pensadas para o público alvo	A formatação do projeto da UFFS
2	- Bonificação do fator escola pública - Programas, recursos, auxílios, monitorias, núcleos voltados às cotas - De onde surgem as demandas - Garantia de acesso e permanência como objetivo principal das ações	Ações institucionais

3	<ul style="list-style-type: none"> - Insuficiência de programas e ações - Precariedade de recursos financeiros - Dificuldades em que esbarra a universidade - O que busca melhorar 	Impasses e enfrentamentos
4	<ul style="list-style-type: none"> - Manutenção dos programas e ações - Recursos, financiamentos e custeio - Comissões de fiscalização interna, externa - Meios de acompanhamento e avaliação - Funcionalidade da universidade e dos campi 	Manutenção de programas, recursos e financiamentos
5	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de dados ou relatórios sobre o desempenho dos alunos - Outras pesquisas, teses ou dissertações, que abordem a UFFS - Como se dá o acompanhamento da trajetória dos cotistas 	Desempenho dos programas e políticas institucionais

Nota: Quadro elaborado a partir da categorização proposta por Moraes e Galiazzi (2007)

Passamos à análise das categorias, aliando as interlocuções teóricas e empíricas.

2.2.1 A formatação do projeto da UFFS

Ao abordar uma Universidade voltada ao egresso de escola pública, evidenciamos o processo de criação da UFFS pensado para o acesso e permanência deste público. Destacamos traços de formação da Instituição, evidenciando o principal objetivo ao qual se propôs, historicamente, a partir da iniciativa de ser uma instituição de ensino superior pensada para o estudante de escola pública:

A UFFS, desde o seu início, tinha uma proposta de atuação preferencial para o estudante egresso de escola pública. Então, é um impositivo à resistência. Temos que ter claro que essa característica essencial de apostar na escola pública, de apostar no estudante que estava excluído do processo educacional, tem a ver com a origem da instituição. A UFFS surge a partir de movimentos da região que queriam uma alternativa para a educação superior e que ela estivesse aqui e não na capital, e que atendesse esse nosso estudante, que de maneira geral, estuda em escola pública (ENTREVISTADO E1, 2019).

O histórico de formação institucional vai ao encontro com o disposto por Trevisol (2016), ao elucidar a luta pela implantação da UFFS em uma região até então desassistida em relação à ensino superior público. Como de praxe em regiões fronteiriças, havia precariedade e escassez de recursos e

Interfaces da Educação, Paranaíba, V. 12, N. 35, p. 816 a 842, 2021

ISSN 2177-7691

condições, destacando-se, dentre elas, o sistema de educação superior, fazendo com que a exclusão do direito de acesso ao ensino superior público e gratuito fosse um impulsionador para a criação e implantação de uma universidade pública federal nesse espaço, para que pudesse atender a essa demanda.

Nós estamos em uma região de pequenas cidades. Se no Rio Grande do Sul, hoje, em torno de 90% dos estudantes matriculados são de escola pública, e em torno de 10% de escola privada, todo mundo é estudante de escola pública, com raras exceções. Não tem porque o sistema de ingresso no ensino superior ser diferente (ENTREVISTADO E1, 2019).

A UFFS é a primeira Universidade oriunda de processos de participação social e política, levando em conta a participação de movimentos sociais e de redes de associativismo civil. Dessa forma, a Instituição deve ser compreendida como algo distinto, enquanto expressão de uma dinâmica social e política (TREVISOL, 2016).

2.2.2 Ações institucionais da UFFS

Esta categoria permeia o principal ponto da pesquisa, que é saber o que de fato a UFFS faz pelos estudantes. Esclarecemos que, de nenhuma forma, pretendemos diminuir o mérito que possui ao fornecer 90% de vagas para egressos de escola pública. Feito este, que a coloca como pioneira e demonstra seu comprometimento com o ensino público e de qualidade. Contudo, é de se esperar que uma Instituição que tenha esse tipo de prerrogativa e objetivo central, seja capaz de fornecer outros meios de amparo aos seus estudantes.

Entre os anos de 2010 e 2012, antes que vigorasse a Lei de Cotas, a Universidade criou um sistema de bonificação para potencializar o acesso de estudantes provenientes de escolas públicas, chamado de fator escola pública. Em todos os cursos, para cada ano do ensino médio cursado no sistema público de ensino, somava-se 10% na nota do ENEM. Com isso, o

estudante poderia ter até 30% de sua nota acrescida, caso tivesse estudado todo o ensino médio em escola pública.

O fator escola pública foi o primeiro projeto da UFFS, substituído pela cota escola pública, que foi o maior projeto já realizado:

Com a Lei das Cotas nós adotamos o parâmetro da “cota escola pública”, que se trata do percentual de estudantes matriculados no ensino médio em escolas públicas, por isso em torno de 90%. Mas antes de 2012, nos três primeiros anos da universidade, nós já tínhamos uma política que era o “fator escola pública”, em que bonificávamos o estudante de escola pública. Isso já estava descrito nos primeiros desenhos da instituição (ENTREVISTADO E1, 2019).

Antes mesmo da Lei de Cotas já tínhamos a bonificação da escola pública. Então, a intenção de quem trabalhou pela construção e implantação da universidade já era de favorecer este público. Eu já ouvi muito isso, de que “lá na UFFS se você não é de escola pública você não entra”, ou “só querem favorecer as pessoas de escola pública” (ENTREVISTADO E2, 2019).

É de grande destaque a sensibilidade da instituição ao olhar para a sua volta e perceber que o público ao qual se destina à Universidade é muito variado. Além de seres estudantes de escola pública, são provenientes de etnias, culturas, costumes e condições distintas. São pessoas com deficiência, são estudantes estrangeiros, são estudantes indígenas.

A preocupação com a adaptação à ambiência acadêmica é reforçada pela UFFS, ao passo que oferta, além de projetos sociais e culturais de integração, disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática básica, entre outros, para todos os cursos no primeiro semestre (ENTREVISTADO E2, 2019). A intenção é que todos os alunos ingressem nos semestres seguintes com as mesmas condições, pois como são, em sua maioria, provenientes de escola pública, o nível de conhecimento básico diverge entre eles.

Os auxílios financeiros são imprescindíveis para que os estudantes ingressantes possam se manter estudando, buscando a conclusão. Porém, as ofertas institucionais não estão limitadas aos recursos financeiros:

A universidade tem um (dá para chamar de vigoroso) recurso mobilizado através do PNAES, que atende muitos estudantes com o auxílio financeiro. Mas esse é um dos aspectos, até porque, isso

atende o estudante de baixa renda. Com a política de cotas temos outros estudantes que não só os de exclusão pela renda. Tem a questão dos estudantes com deficiência, indígenas, tem toda essa questão racial e étnica da exclusão do negro, e tem o nosso programa PROHAITI, que também é somada a questão do “estrangeiro” [referindo-se ao estudante que é negro e também estrangeiro, em um programa específico para os imigrantes haitianos, muito presentes na região de Chapecó/SC]. Temos também um programa que ainda aguarda aprovação, que é para ser aplicável ao estrangeiro em geral que esteja em situação de vulnerabilidade, o PROIMIGRANTE. Então, de fato, a universidade precisa mobilizar outras ações para além do auxílio financeiro, e tem tentando fazer isso (ENTREVISTADO E1, 2019).

No discurso dos entrevistados é possível identificar dois traços fundamentais do “caminhar” dos projetos e programas: o primeiro deles é que todas as ações e auxílios são pensados em um primeiro plano de forma menor, mais especializada naquilo que no momento é possível fazer, com os recursos humanos e financeiros disponíveis. Assim, tudo inicia “pela questão do acesso”. O segundo é que embora a primeira fase dos projetos e programas esteja voltado à garantia do acesso, prioritariamente, conseqüentemente eles passarão a incorporar permanência e conclusão, visando atingir o objetivo de garantia de finalização de percurso acadêmico, e não apenas gerando grandes proporções em número de ingressos.

Destacamos a lúcida percepção de Carvalho (2006, p. 1), sobre a intervenção tardia no sistema universitário quanto à integração racial:

Nós demoramos demais para intervir em nosso sistema universitário, para integrá-lo racialmente. Nós perdemos décadas inteiras, em que teria sido mais fácil de fazê-lo e com resultados melhores. Nós estamos chegando tarde e talvez sejamos um dos únicos países do planeta multirraciais numa proporção tão alta que deixamos passar um século de exclusão racial sem abrir a boca sobre isso praticamente. Estou falando de dentro da academia. Não que o movimento negro não tenha colocado isso inúmeras vezes ao longo do século, mas, dentro do mundo acadêmico, um assunto silenciado o tempo todo.

Devido à variedade de públicos que atende (diversidade de grupos e indivíduos), as causas que ultrapassam o quesito socioeconômico exigem posicionamentos diferentes para situações também diversas. Citamos o apoio ao estudante negro, grupo composto por pardos e pretos, em que a

Interfaces da Educação, Paranaíba, V. 12, N. 35, p. 816 a 842, 2021

Instituição tem como principal ação os Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas (NEABIs):

No caso dos estudantes negros, aprovamos internamente e estamos mobilizando os núcleos. Hoje nós temos em dois campi já criados os NEABIs, que são grupos de estudos para desenvolver estudos e, sobretudo, ações de combate ao preconceito, de esclarecimento (inclusive institucional). É preciso conhecer como o preconceito acontece, ver como é que ele se dá, pois sabendo disso estamos munidos para saber como evitar. O NEABI tem promovido questões que são sobre o negro dentro da universidade e sobre o índio. Para nós, o NEABI é com “i” no final porque envolve a questão do afrodescendente e do indígena também (ENTREVISTADO E1, 2019).

Outro programa de destaque na Universidade são as monitorias institucionais que estão voltadas aos grupos de cotistas. Além de oferecer a cota de ingresso, e programas e ações de permanência — seja por meio de outros auxílios financeiros, programas de reforço acadêmico ou programas de valorização de identidade — dentre as monitorias subsidiadas existe um recorte específico para o estudante que é ingressante pela via de cotas. Isso fomenta sua participação nas questões acadêmicas e torna-se mais um subsídio para que consiga se manter e cursar integralmente o curso de graduação escolhido.

Nós temos um programa de monitorias e, inclusive, reformulamos o nosso modelo de monitorias por conta desses públicos diferenciados. Tínhamos um modelo tradicional, que era uma monitoria de reforço acadêmico exclusivamente, muito focada em disciplinas do componente curricular e mudamos o nosso programa e criamos dois modelos de monitoria: a monitoria por curso, que não atende necessariamente um componente curricular, mas atende demandas daquele curso; e a monitoria por público alvo, que são projetos de monitoria para haitianos, monitoria para negros, monitoria para estudantes com deficiência, ou seja, foram criadas pensando nesses públicos. Claro, a universidade vai se organizar, pois não temos o recurso pra ter todas as monitorias que gostaríamos, mas fazemos edital e projetos, e a comunidade acadêmica organiza e pode propor projetos com esses recortes também (ENTREVISTADO E1, 2019).

O acompanhamento dos programas é um ponto positivo da Instituição, que reflete, avalia e produz relatórios para discussão quanto às percepções de melhorias e como otimizar os resultados produzidos. A análise é posta

não como um medidor de resultado numérico dos programas, mas um dado produzido para que possa gerar reflexões acerca da continuidade e dos passos subsequentes a serem adotados:

Essa alteração do programa de monitoria, por exemplo, foi uma percepção de um estudo que fizemos sobre os resultados das monitorias. Ao fazer esse estudo percebemos que a monitoria estava muito focada no reforço acadêmico, e que tinha outras demandas que o monitor poderia atender, por isso a reorganização do programa. É no fazer que vamos aprendendo com isso e criando novas alternativas (ENTREVISTADO E2, 2019).

Além do programa de monitoria (RESOLUÇÃO N° 1/CONSUNI/CGAE/UFFS/2018), foi criado o programa de tutoria acadêmica (PORTARIA N° 111/PROGRAD/UFFS/2018), incluindo estudantes e professores na organização de uma tutoria, no sentido de orientação para a vida acadêmica. Por vezes, pode se tratar de uma disciplina, de um conteúdo eventualmente, ou de questões gerais sobre a vida no câmpus. A Universidade também conta com uma política de organização de grupos de estudo, regulamentada para que docentes e servidores possam propor estudos em temáticas específicas.

Enfim, fomos organizando um conjunto de coisas que entendemos que podem facilitar e ampliar a permanência desses estudantes cotistas na instituição, em especial desses grupos específicos, e, claro, a permanência com sucesso acadêmico. Não adianta permanecer sem conseguir efetivamente ter sucesso acadêmico, tem que concluir o curso e concluir com uma boa formação (ENTREVISTADO E2, 2019).

Buscar acesso aliado à permanência e conclusão é o principal objetivo da UFFS, garantindo efetivamente que o estudante possa estar usufruindo de todas as condições possíveis para o seu melhor aproveitamento na Universidade. Os entrevistados demonstram preocupação em relação à essa premissa institucional:

Buscamos garantir acesso e permanência. Garantir que esse estudante que chegou na universidade consiga efetivamente acessar

aquele conjunto de conhecimentos e de habilidades que são propagados no curso que ele escolheu. Os programas, as políticas, as ações, têm prometido garantir isso: o acesso desses estudantes ao conhecimento acumulado, dentro de suas limitações, mas que garantam que consiga permanecer na universidade e sair da universidade depois. Mas sair com esse acúmulo, não sair sem conseguir acumular (ENTREVISTADO E1, 2019).

Algumas questões são pensadas institucionalmente, enquanto outras são formuladas na medida em que surgem demandas. Algumas ações são propostas no sistema hierárquico, “de cima para baixo”, com início nas Pró-Reitorias, passando pelos Conselhos e demais órgãos, enquanto outras surgem dos próprios estudantes, com a mobilização do corpo estudantil e de docentes que estejam trabalhando diretamente com eles.

2.2.3 Impasses e enfrentamentos

A Instituição reconhece que embora tenha projetos e ações importantes aos estudantes, com vistas a promover a permanência e fomentar a conclusão de curso, que esses não são suficientes e por diversas razões. O quesito recurso financeiro é a principal motivação pela qual os programas não são suficientes, no sentido de não serem ampliados ou reformulados para atender ainda mais adequadamente.

No diálogo com os entrevistados, questionamos sobre a relação entre as bolsas e auxílios financeiros e a permanência na universidade. A respeito disso, explicam que a partir de tentativas de contato com alunos que haviam se desligado dos cursos por algum motivo, perceberam que nenhuma das desistências era de alunos beneficiários de bolsas e auxílios. Em tempo, destacam o quão importante é o contato direto com os acadêmicos, pois através do atendimento pessoal e individualizado muitos retornaram aos seus cursos.

Se essas bolsas e auxílios fazem com que os alunos permaneçam na universidade, posso dizer que sim, a partir de um exemplo que ocorreu no ano passado. Peguei uma lista de pessoas que tinham desistido de cursar e que não tinham retornado e liguei, um a um;

eram cento e poucas pessoas. Eu fui conversando com eles pra saber por qual motivo tinham desistido e nenhuma das pessoas com quem eu falei recebia auxílio socioeconômico. Nenhuma. E eu não fiz diferenciação por curso, fui ligando sem um padrão. A maioria das pessoas era por questão de trabalho. Muitos alunos se arrependeram de ter parado. Teve uma estudante que disse “se alguém tivesse me ligado ou conversado comigo no dia em que eu fui trancar do jeito que você tá conversando comigo hoje, eu não teria parado”. E, muitos voltaram, porque na semana seguinte já havíamos tido retorno de alunos em abandono (ENTREVISTADO B2, 2019).

Dentre as dificuldades enfrentadas pela Universidade, destacam a falta de organização de um quadro de pessoal especializado que acompanhe a exigência de Lei. A Universidade deve, obrigatoriamente, dispor das vagas de ingresso para grupos diferenciados, porém, não há a mesma previsão legal para ampliação e qualificação do quadro de servidores. Evidenciamos a consciência institucional de que é necessário contar com uma equipe qualificada e especializada:

Nós esbarramos em diversas dificuldades, somos uma instituição recente, com dez anos e com um quadro de servidores bastante enxuto, e, portanto, ainda somos muito carentes de profissionais com formação especializada para atender esses públicos. Essa talvez seja a grande limitação com a qual nós convivemos hoje (ENTREVISTADO E2, 2019).

Mesmo diante da falta de previsão legal para a ampliação e qualificação do quadro de servidores, a Instituição tem buscado capacitar os técnico-administrativos e docentes, para que, na medida do possível, possam estabelecer um contato mínimo adequado com os estudantes.

2.2.4 Manutenção de programas, recursos e financiamentos

As dificuldades em relação à recursos e financiamentos são uma grande preocupação da Instituição no sentido de continuidade do trabalho que vem sendo desenvolvido:

Esta universidade surgiu num período em que havia uma certa bonança em relação aos recursos, mas ano a ano, especialmente nos últimos 4 anos, temos vivido uma cada vez maior escassez de recursos, inclusive para esses programas. Nós temos menos

monitorias do que gostaríamos, menos programas do que gostaríamos, por falta de recursos. Vivemos uma crise de financiamento. Do ponto de vista de pessoal, a universidade não tem autonomia para criar vaga e o Governo Federal tem limitado a liberação de novas vagas (ENTREVISTADO E1, 2019).

A partir disso, adentramos em outra questão importante, que é a manutenção de programas e ações com recursos proveniente de custeio. Valores que são remanejados dentro da Instituição:

A questão são os cortes e também, embora anunciado o corte, que em tese não se aplica ao recurso do PNAES, não significa dizer que não atinge os programas, porque não é só com esse recurso que os financiamos; é com outros recursos de custeio também. Então não tem jeito: o corte se aplica lá também [nos programas]. As bolsas de monitorias não são com recursos do PNAES, então se cortou recurso de custeio, vai diminuir o orçamento, vai diminuir as bolsas de monitoria, vai diminuir os programas de atendimento ao estudante cotista. Esse é o problema, e com os cortes do orçamento de custeio com o bolsista, a tendência é de termos que cortar, inclusive nesses programas de apoio. A perspectiva não é positiva, infelizmente (ENTREVISTADO E1, 2019).

Mesmo com o quadro financeiro passando por mudanças não favoráveis, a UFFS tem buscado reorganizar-se para manter ao menos parte dos auxílios:

Foi reduzido o número de bolsas e auxílios de monitorias, mas embora a redução, é uma opção institucional de não deixar de ofertar. Estamos buscando alternativas. As monitorias, em si, esse ano já foram reduzidas, pois prioriza-se a manutenção de outros auxílios, como o Restaurante Universitário, por exemplo. Esse ano o edital já está deixando de fora um grande número de auxílios (ENTREVISTADO E2, 2019).

Enquanto mecanismos de acompanhamento e verificação dos programas e dos candidatos às vagas de ingresso e às bolsas, a UFFS conta com setores internos para fiscalização, especialmente referentes à análise socioeconômica e à autodeclaração racial, processo fundamental para a concessão dos auxílios e subsídios. A partir das avaliações são tomadas as medidas necessárias para adequação, tanto para casos omissos, como para

situações inéditas, que por não terem precedentes não faziam parte da relação de cotas, programas ou ações institucionais.

Nós fizemos a avaliação, e caso seja um caso omissivo do edital, que esteja fora do edital por ser um caso novo, damos especial atenção. Até surgiu um caso assim, em que tínhamos feito uma lista de possibilidades para preenchimento do estudante, em que ele poderia ser assentado, acampado, em situação de rua, entre outras. Então colocamos uma série de coisas e o estudante apenas assinalava. E aconteceu o caso de um estudante, que é apenado, na condição semiaberta. Então durante o dia ele sai para trabalhar e ele está liberado para estudar também, e aí ficou a dúvida com o formulário, porque ele queria tratamento diferenciado e não sabíamos como fazer, porque ele não era nenhuma das “alternativas” previstas. Então, sempre tem situações adversas e não há problema algum. Nesse caso, reformulamos o formulário. É uma situação adversa e nunca vamos conseguir pensar e prever tudo. Com a alteração do formulário ele pôde fazer a solicitação. Quando acontecem essas alterações, elas não ficam valendo apenas para o campi em que aconteceu a adversidade, mas passa a valer para toda a instituição (ENTREVISTADO E2, 2019).

Retomando a questão da fiscalização das ações e programas, indicou-se como diferencial da Universidade a participação da comunidade externa. Em razão da criação e formatação da UFFS ter envolvido diretamente a sociedade civil e os movimentos sociais, importante destacar a participação da comunidade regional em determinados setores e tomadas de decisões.

Sobre o relacionamento entre as Pró-Reitorias, trata-se de uma atividade conjunta entre acesso e permanência:

A PROAE e a PROGRAD mantêm uma relação bem próxima, com comissões em que ambas estão. Na verdade, é um combinado entre as partes, em que em tudo o que pudermos trabalhar juntas, trabalharemos. Questão de estudos, por exemplo, sobre a evasão, não é uma questão de interesse apenas do ingresso, ou só da permanência, então no que puder e couber, estamos sempre conversando (ENTREVISTADO E2, 2019).

Em relação ao diálogo e feedback com os alunos, funciona como uma via de mão dupla:

Tem alunos que dizem que não chegariam até onde chegaram se não fossem as cotas. E do ponto de vista financeiro, para permanência dos estudantes, organizamos um questionário eletrônico para obter esse retorno. E quando queremos lançar algo novo também,

selecionamos um tema e vamos pesquisando, e dali vai nascer um auxílio, uma política. A partir de uma demanda que surge, fazemos um estudo para identificar se tem público e nesse sentido o retorno é bem positivo (ENTREVISTADO E2, 2019).

2.2.5 Desempenho dos programas e políticas da UFFS

Sobre a produção de dados estatísticos e qualitativos da Instituição, cabe lembrar que não é uma pretensão desse estudo fazer uma avaliação dos programas e ações desenvolvidas, mas suscitar como tem acompanhado esse percurso, no curto período de tempo em que as ações estão vigorando.

Especialmente nos últimos três anos passamos a tentar organizar estudos sobre alguns programas. Aconteceu uma mudança grande no programa de monitorias e isso não é um programa de cotas, mas como a monitoria está focada pra isso, fizemos uma avaliação e tivemos um estudo detalhado. Fizemos um relatório e a partir dele, promovemos mudanças no programa. Nós temos tentado produzir alguns estudos que avaliem vários outros aspectos. Temos feito estudos sobre evasão e retenção nos cursos, tentando identificar se isso tem relação com cotas ou com de onde vem o estudante, e esses relatórios — embora a gente não faça uma análise qualitativa, a gente faz mais uma produção de estatística — são encaminhados para os cursos, para que os colegiados então se debrucem nisso. Isso porque, cada curso tem realidades diferentes, cada campi tem realidades diferentes. Mesmo assim, no ano passado fizemos um circuito pelos campi, fazendo uma discussão sobre a evasão e sobre a retenção dos cursos de graduação (ENTREVISTADO E1, 2019).

Os estudos realizados pela UFFS buscam identificar em quais setores e quais os grupos estão com maiores dificuldades. Munidos desses estudos e das análises conjuntas realizadas posteriormente, é possível propor melhorias, ampliações e até mesmo mudanças na direção de esforços e recursos empregados.

A partir das estatísticas busca-se identificar grupos onde se tenha maior ou menor dificuldade. Identificamos que dentre os estudantes que recebem auxílio financeiro, a evasão é em torno de 25% menor em relação aos que não recebem (ENTREVISTADO E1, 2019).

Em relação à aprovação e matrícula dos que recebem auxílio, eles aprovam muito mais. Essa é uma questão que sempre se “achava” que o aluno ficava se “escorando” no auxílio socioeconômico, e que por isso ele não concluía nunca a faculdade. É a profissão estudante,

como dizem. E não é isso que temos visto, porque eles se matriculam em maior quantidade de créditos e aprovam em maior quantidade de créditos também. Na questão dos haitianos, temos um estudo de quem entrou e de quem se formou, quantos se formaram daqueles que ingressaram, porque precisamos avaliar para ver se o programa está surtindo o efeito esperado, ou senão, para direcionar esforços para outro programa (ENTREVISTADO E2, 2019).

Questionando os entrevistados sobre a existência de alguns dados ou evidências sobre o processo de acesso, permanência e conclusão, obtivemos que há estudos, mas focando em alguns grupos específicos que não os cotistas raciais. Um dos possíveis motivos pelo qual não tenham sido realizados estudos aprofundados, implica em dificuldades na realização de pesquisa e na construção de apontamentos sobre o tema:

Tem essa dificuldade pelos grupos ainda serem muito pequenos. Ainda não fizemos estudos muito aprofundados sobre isso, mas por alguns dados que temos, melhorou bastante. Por exemplo, quando tínhamos apenas o fator escola pública, sem a Lei de Cotas, o percentual de pretos e pardos na universidade era muito menor do que o da região. Com a alteração e com a Lei de Cotas isso se aproximou do desenho regional, mas muito mais pelo pardo do que pelo preto. Cresceu bastante com os haitianos, porque de maneira geral o haitiano é preto, então aí tem um grupo significativo mais em Chapecó, porque é onde está a maior comunidade de haitianos. Contudo, é o pardo que está ocupando esse espaço da universidade. Aqui na nossa região especialmente, por conta de a população preta ser muito baixa, mas não só por isso, porque seguramente há outros aspectos (ENTREVISTADO E1, 2019).

Os entrevistados relatam a dificuldade de realizar pesquisas voltadas ao racial em razão da maior atenção estar voltada ao sistema de auxílio socioeconômico e também em relação à autodeclaração dos alunos, registrando ainda um grande contingente de “não declarados” quanto à raça. Para vagas específicas aos indígenas e imigrantes haitianos se torna mais fácil, pois todos são declarados.

Acerca da existência de outras pesquisas, teses ou dissertações, que abordem a UFFS, os entrevistados mencionam a importância dos estudos e também do compartilhamento dos resultados obtidos com a Universidade. A Instituição tem incentivado e dialogado com os programas de mestrado para que algumas dissertações foquem em estudos sobre a evasão, podendo fazer

recortes em um curso específico, por exemplo. Frisam a importância do retorno dos trabalhos desenvolvidos tendo como base a Universidade, para que possam organizar um banco de dados que pode contribuir na reformulação de questões e aperfeiçoamento de ferramentas e programas.

Por fim, corroboram os entrevistados que a Universidade passa a ser um campo de disputa, especialmente em se tratando da nova composição no cenário do governo federal:

Não tenhamos dúvidas disso: trata-se de um campo de disputa, política e poder. Penso que nós temos condições de permanecer e manter, claro que, com dificuldades, frente a situação política e econômica do país. Esse é o grande drama, as perspectivas não são muito positivas. O cenário político e econômico do país demonstra que estamos vivendo um período de muita intranquilidade (ENTREVISTADO E1, 2019).

O espaço físico e o contexto sociocultural em que os indivíduos e grupos estão inseridos devem ser pensados no processo educativo, pois a transformação dos sujeitos interfere na forma como passam a ser agentes de mudança diante das suas realidades. A educação se constitui como uma das formas de mobilidade social, atuando como garantidora de direitos com base nas condições sociais e nos determinantes socioculturais. Para Cury (2002), o direito à educação escolar está ligado à democracia, seja para garantir a igualdade de oportunidades ou para intervir no domínio das desigualdades. A relação entre educação e democracia é caracterizada pela relação de dependência e influência recíprocas, em que “a democracia depende da educação para seu fortalecimento e consolidação, e a educação depende da democracia para seu pleno desenvolvimento” (SAVIANI, 1994, p. 54).

Esse campo de disputa intensifica a ideia de relações de forças e de interesses específicos dos seus participantes. Se voltado o olhar para o espaço social que emana do campo universitário — enquanto espaço dinâmico construído a partir de um conjunto de posições bem díspares, evidenciando a desigualdade do sistema educacional — tal campo de disputa

apresenta uma oposição entre as competências sociais e científicas; o que implica diretamente na atual conjuntura política (BOURDIEU, 1983).

2.3 Comunicação: a compreensão renovada do todo

Ao retomar as unidades de análise e categorias, produzimos um novo texto, o metatexto. Este processo permite uma intervenção nos discursos a que sua produção se refere, produzindo um conjunto de argumentos aglutinadores que dão origem a uma tese geral. A interpretação dos resultados complementa e infere novas compreensões para a leitura que expressa os conhecimentos e pressupostos teóricos assumidos anteriormente, gerando interpretações a partir das teorias que o próprio processo de análise possibilitou construir (MORAES; GALIAZZI, 2007).

Quadro 3 – Método auto-organizado de Análise Textual Discursiva

	Unidades de análise		Categorias		Argumentos aglutinadores	Tese geral
1	Universidade voltada ao egresso de escola pública	1	A formatação do projeto da UFFS	1	A UFFS tem buscado, desde a sua criação, promover, por meio de ações institucionais. O objetivo primordial da instituição está em ser capaz de fomentar essa conscientização, com vistas para um aproveitamento de qualidade de ensino a todos, indistintamente, especialmente àqueles que possuem características que os diferem dos demais.	Trata-se de um constante desafio para a universidade a efetiva inclusão daqueles que sempre estiveram ausentes dos bancos escolares e, conseqüentemente, dos cursos de graduação. E ainda mais desafiadora é a proposição de medidas e programas que visam auxiliar esses estudantes nesse novo processo, estando frequentemente acompanhando e aperfeiçoando as políticas e programas. Denota-se o compromisso firmado pela Instituição na busca — e emprego de meios para — pela garantia de acesso, permanência e conclusão de curso por estudantes beneficiários pela política de cotas.
2	Modalidades de acesso e permanência pensadas para o público alvo					
3	Bonificação do fator escola pública	2	Ações institucionais da UFFS	1		
4	Programas, recursos, auxílios, monitorias, núcleos, ações voltadas para as modalidades de cotas					
5	De onde surgem as demandas					
6	Garantia de acesso e permanência como objetivo principal das ações					
7	Insuficiência de programas e ações	3	Impasses e enfrentamentos da UFFS	2		
8	Precariedade de recursos financeiros					
9	Dificuldades em que esbarra a universidade					
10	O que busca melhorar					
11	Manutenção dos programas e ações	4	Manutenção de programas, recursos e financiamentos	2		
12	Recursos, financiamentos e custeio					
13	Comissões de fiscalização interna, externa					
14	Meios de acompanhamento e avaliação					
15	Funcionalidade da universidade e dos campi					
16	Existência de dados ou relatórios sobre o desempenho dos alunos	5	Desempenho dos programas e políticas da UFFS	2		
17	Outras pesquisas, teses ou dissertações, que abordem a UFFS					
18	Como se dá o acompanhamento da trajetória dos cotistas					

Nota: Quadro elaborado a partir do método auto-organizado de Análise Textual Discursiva proposta por Moraes e Galiuzzi (2007)

Considerações finais

Este é um estudo colaborativo com o alargamento da compreensão sobre os impactos gerados pelas políticas de ações afirmativas no Brasil. Por meio da análise da modalidade afirmativa conhecida como política de cotas, por meio da reserva de vagas em universidades públicas, buscamos demonstrar a atuação e modificação na realidade social e educacional proposta a partir da aplicação dessa política.

As políticas de ações afirmativas voltadas à democratização do acesso ao ensino superior público, assumem papel de destaque dentre os temas mais controversos debatidos na esfera pública brasileira, por tratarem de direitos, mas especialmente, pela indissociação de questões culturais, éticas e morais presentes nesse contexto.

É fundamental apreender o olhar ao sistema educacional como parte integrante da realidade cultural, social e econômica daqueles que a constituem. Daí decorre a imprescindibilidade de políticas públicas afirmativas, difundidas não apenas nas instituições públicas de ensino superior, mas também enquanto conscientização social.

O pioneirismo ao reservar o percentual de vagas equivalente ao de estudantes matriculados ensino médio da rede pública de ensino, aliado ao contexto de luta social em busca deste modelo de instituição pública, é o que dá significação e sentido à Universidade Federal da Fronteira Sul, enquanto instituição popular e democrática, que exerce sua função que além de social é política.

Foi possível evidenciar que se trata de um constante desafio para a Universidade a efetiva inclusão daqueles que sempre estiveram ausentes do ensino superior e de cursos de graduação. E ainda mais desafiadora é a proposição de medidas e programas que visem acompanhar esses estudantes no processo acadêmico, e ao mesmo tempo acompanhar e aperfeiçoar as políticas e programas.

As políticas de permanência e conclusão no ensino público superior estão em fase de desenvolvimento, o que em absolutamente nada diminui o mérito da instituição em relação à sua característica de acesso diferenciado,

que a torna única e inovadora, devendo-se enaltecer esse feito institucional, que pode (e deve) servir como parâmetro para as demais instituições do estado e do país.

Nesse sentido, a UFFS tem buscado, desde a sua criação, a promoção de ações institucionais para um aprimoramento da qualidade de ensino. As adversidades encontradas pelo caminho são muitas. Contudo, a função social da Instituição se cumpre no momento em que busca — e mais do que isso, se utiliza de meios para — garantir o acesso e a permanência de grupos que estão à margem, acompanhando-os em seu desempenho, viabilizando a conclusão do curso de graduação com qualidade e pelo conhecimento adquirido.

Referências

BOURDIEU, P. Algumas propriedades dos campos. In: *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 89-94.

BRASIL. Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012. *Regulamenta a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio*. Brasília, out. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7824.htm. Acesso em: 14 dez. 2020.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. *Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências*. Brasília, ago. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 14 dez. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. *Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino*. Brasília, dez. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13409.htm. Acesso em: 14 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Portal do MEC. *Lei de Cotas para o ensino superior*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cotas/index.html>. Acesso em: 14 dez. 2020.

BRASIL. Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012. *Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012.* Ministério da Educação, out. 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/portaria_18.pdf. Acesso em: 14 dez. 2020.

CARVALHO, J. J. *Cotas e ações afirmativas na UFSC.* Palestra proferida no Seminário sobre cotas e ações afirmativas, organizado pela Comissão de Política de Ampliação de Oportunidades de Acesso Socioeconômico e Diversidade Étnico-racial para ingresso na UFSC. Florianópolis, jun. 2006.

CURY, C. R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. *Cadernos de Pesquisa*, n. 116, p. 245-262, julho, 2002.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.* 2. ed. São Paulo: EPU, 2013.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. *Ciência & Educação*, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. *Análise textual discursiva.* Ijuí: Unijuí, 2007.

SAVIANI, D. *Escola e democracia.* São Paulo: Autores Associados, 1994.

TREVISOL, J. V. O ensino superior público na Mesorregião Fronteira Sul: a implantação da UFFS. In: RADIN, J. C.; VALENTINI, D. J.; ZARTH, P. A. (Orgs.). *História da Fronteira Sul.* Chapecó: UFFS, 2016. p. 333-352.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. *Estatuto.* Aprovado pela Portaria nº 1.083/2015 SERES/MEC. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/estatuto-1. Acesso em: 14 dez. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. *Plano de Desenvolvimento Institucional.* Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/plano_de_desenvolvimento_institucional. Acesso em: 14 dez. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. *Plano de Desenvolvimento Institucional PDI 2019-2023.* Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/plano_de_desenvolvimento_institucional/pdi-2019-2023. Acesso em: 14 dez. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. *Projeto Pedagógico Institucional.* Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/plano_pedagogico_institucional. Acesso em: 14 dez. 2020.

Chanauana de Azevedo Canci e Jaqueline Moll

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. *Regimento Geral*. Aprovado pela Resolução nº 03/2016. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/regimento_geral. Acesso em: 14 dez. 2020.

842